



M a n u a l

C l a s s e s d o A c o r d o d e N ã o

P e r s e c u ç ã o P e n a l

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL – ANPP

Foram configuradas no Sistema e-Proc as classes relativas ao Acordo de Não Persecução – ANPP, introduzido no sistema penal pela Lei 13.964/2019, que acrescentou o art. 28-A¹ ao Código Penal, com observância às diretrizes do CNJ (tabela de classes processuais - https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php).

As classes configuradas no e-Proc são:

A – INCIDENTE DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL – IANPP - (código eproc 014615; código CNJ 14678);

B – EXECUÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL – EANPP - (código eproc 014616; código CNJ 12729 e 14696)

Abaixo, segue um pequeno roteiro para uso das classes, criado com base nos testes realizados para a configuração do sistema e nas diretrizes do CNJ.

¹ **Art. 28-A.** Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

I a V (...)

§ 1º Para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se refere o **caput** deste artigo, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.

NÃO se aplica o ANPP nas seguintes hipóteses (art. 28-A, § 2º):

§ 2º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses:

I - se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei (art. 76 Lei 9.099);

II - se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas;

III - ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo;

IV - nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

FORMALIZAÇÃO

§ 3º - O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

HOMOLOGAÇÃO

§ 4º Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade.

CONDIÇÕES

§ 5º Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor.

EXECUÇÃO

§ 6º Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.

RECUSA DO JUIZ

§ 7º O juiz poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais ou quando não for realizada a adequação a que se refere o § 5º deste artigo.

§ 8º Recusada a homologação, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para a análise da necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.

INTIMAÇÃO

§ 9º A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.

DESCUMPRIMENTO DO ACORDO

§ 10. Descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução penal, o Ministério Público deverá comunicar ao juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia.

§ 11. O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES

§ 12. A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto para os fins previstos no inciso III do § 2º deste artigo.

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

§ 13. Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade.

RECUSA DO MP

§ 14. No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior, na forma do art. 28 deste Código.

1 – Distribuição

1.1. Incidente de Acordo de Não Persecução Penal (IANPP)

De acordo com o glossário da classe Acordo de Não Persecução Penal (nomenclatura do CNJ, cód. 14678 – a nomenclatura do eproc é Incidente de Acordo de Não Persecução Penal), referida classe so deve ser usada, ou seja, com distribuição de um novo processo, quando for prévia à propositura da Ação Penal (AP). Quando já houver uma AP em curso, o acordo deve tramitar nos próprios autos da AP. Vejamos:

A captura de tela mostra a interface de consulta pública de classes do CNJ. A árvore de classes à esquerda inclui categorias como 'EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS', 'PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS', 'PROCESSO CRIMINAL', 'PROCESSO CIVIL E DO TRABALHO', 'PROCESSO ESPECIAL', 'Questões e Processos Incidentes', 'Embargos de Terceiro Criminal', 'Embargos do Acusado', 'Exceções', 'Incidentes', 'Acordo de Não Persecução Penal', 'Assistência Judiciária' e 'Avaliação para atestar dependência de drogas'. A direita, há campos de busca e filtros, incluindo 'Competência Militar', 'Justiça Federal', 'Justiça do Trabalho', 'Justiça Militar da União', 'Justiça Militar Estadual', 'Justiça Eleitoral', 'Outras Justiças', 'Natureza', 'Norma', 'Artigo', 'Sigla', 'Polo Ativo', 'Polo Passivo' e 'Com numeração própria'. O campo 'Com numeração própria' está destacado com um retângulo vermelho e contém o texto: 'Usar somente quando o Acordo de Não Persecução Penal for prévio à propositura da Ação Penal. Quando já houver propositura da Ação Penal, o acordo deve tramitar nos próprios autos desta.' Abaixo, há uma nota: '28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o'.

1.1.1. Lançando o EVENTO de Acordo de Não Persecução Penal:

No caso de propositura de um acordo com uma AP já em curso, o procedimento correto é o peticionamento da proposta de acordo, por parte do MPF, com o lançamento do **evento** de ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL, conforme demonstração:

A captura de tela mostra a interface de lançamento de eventos do eproc. O processo é 5021099-77.2020.4.02.5001, o assunto é 'Moeda Falsa / Assimilados (arts. 289 e parágrafos e 290)', o autor é 'MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL' e o réu é [REDACTED]. O evento 'ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL' está selecionado. Há uma caixa de aviso sobre a necessidade de telefonar para acionar o plantão. Abaixo, há uma seção para adicionar mais documentos, com o arquivo 'JFESINF201700580A - ...procs CEF.pdf 3.5MB' selecionado. No rodapé, há uma tabela com os documentos selecionados e ainda não utilizados em movimentação.

Formato	Nome Documento	Tamanho	Tipo Documento	Sigilo	Data Envio	Assoc. Assinaturas Digitais	Obs	Excluir
Total:	0 bytes							

Consulta Processual - Detalhes do Processo

Capa do Processo:
 Nº do Processo: 5021999-77.2020.4.02.5001 Data de autuação: 04/09/2020 16:35:39 Situação: MOVIMENTO
 Órgão Julgador: Juízo Substituto da 1ª VF Criminal de Vitória Juiz(a): VICTOR CRETELLA PASSOS SILVA
 Competência: Criminal Classe da ação: AÇÃO PENAL
 Processos relacionados: 50233287320214025001 - Originário

Assuntos

Partes e Representantes

AUTOR	RÉU
MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL (03.636.196/0001-92) - Entidade	LIDIANE DA PENHA SEGAL (DFU) P07134287750 Pessoa Física
EDMAR GOMES MACHADO PC-MPF-564 GABRIEL SILVEIRA DE QUEIROZ CAMPOS GSQC-MPF-1167	

INTERESSADO
 POLICIA FEDERALES (00.394.494/0025-03) - Entidade
 Procurador(es): FLAVIO MARIO FAUSTINI JUNIOR FAUSTINI FMF-J RICARDO BARROSO BARROSO RB EMERSON SILVA BARBOSA EMERSON ESB YURY MACEDO YURY'YM

Dados Criminais

Informações Adicionais (Prevenção: Há possíveis Prevenções)

Ações
 Ação: Audiência Cancelar Movimento Processo Custas Gerenciar Processo Movimento/Peticionar Permissão/Reação Excessiva

Filtrar Eventos
☐ Com documentos ☐ De decisão ☐ Eclama

1 - Evento 12 a 114

Evento	Data/Hora	Descrição	Usuário	Documentos
114	26/07/2021 17:06:38	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	GSQC-MPF-1167	PET1

1.1.2. Distribuindo uma “proposta” de ANPP:

A proposta de ANPP, quando prévia à propositura de uma AP, será ajuizada por dependência a um processo previamente registrado e/ou distribuído, ou seja, a um Inquérito, ou a Procedimento Investigatório do MP, ou a Termo Circunstanciado, por exemplo, na classe INCIDENTE DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (IANPP), conforme seguem os passos de forma resumida:

Peticionamento Eletrônico (1 de 5) - Informações do processo

Informações do processo >> Assuntos >> Partes Autoras >> Partes Réus >> Documentos

Informações Preliminares

Desejo entrar com a ação em:
 Vitória

Rito:
 RITO ORDINÁRIO (COMUM)

Classe processual:
 INCIDENTE DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Nível de Sigilo do Processo:
 Sigiloso (Interno Nível 2)

Processo Originário:
 50233287320214025001

Adicionar Processos Relacionados

Juízo:
 PROCESSO SEM JUÍZO

Relatório Final:
 Sem Referência

Valor da Causa: (Somente números)
☐ Não se aplica

Para acionar o plantão é necessário telefonar. Verifique se a situação se enquadra na norma, bem como os telefones de contato, [clique aqui](#)

☐ Remeter para o plantão

O IPL originário era um IPL ainda em tramitação direta, sem juízo, motivo pelo qual o IANPP foi distribuído antes do IPL. O ajuizamento de IANPP distribui os IPL's em tramitação direta por dependência ao IANPP:

1.2. Execução de Acordo de Não Persecução Penal (EANPP)

Homologado o ANPP, o MPF deverá ajuizar a EXECUÇÃO desse acordo, a qual tramitará, conforme dispõe o art. 28-A, §6º do CP, na vara com competência para execução penal.

1.2.1. Distribuindo uma Execução de Acordo de Não Persecução Penal (EANPP)

No ato do cadastro da ação de Execução de Acordo de Não Persecução Penal (EANPP), será necessário informar um número de processo de origem, que deve ser o processo de Incidente de Acordo de Não Persecução (IANPP), ou a Ação Penal, conforme o caso, mas a EANPP **sempre** será distribuída de forma livre para o juízo da execução. Na simulação abaixo usamos um IANPP que tem trâmite perante a 1VFCRI de Vitória, e a Execução foi corretamente distribuída para o juízo da execução, a 2VFCRI de Vitória:

← → ↻ eproc-apresentacao.jfes.jus.br/eproc/controlador.php?acao=processo_finalizado&hash=702b8404bb9709c6103cc96ba759f6d

Apps CIDADANIA Eproc APRESENTAÇÃO Eproc PRODUÇÃO EprocBOARDS Doação única | MSF GLPI - Autenticação Migração Eproc SMWeb » Lista de h

eproc JFES EGM-MPF-564 - PROC

Pesquisar no Menu (Alt + m)

Menu Textual

- assinador Digital de Documentos
- Consulta Processual
- Depósitos Judiciais
- Gerenciamento da Procuradoria
- Gerenciamento de Feriados e Suspensões
- Gerenciamento de Processos
- Auxílios Técnicos
- Mensagens
- Canal do Procurador
- Paradas do Sistema
- Permissões Expressas
- Petição Inicial
- Petição/Movimentação
- Relatórios
- Sessão de Julgamento

Peticionamento Eletrônico - Envio de Processo Finalizado!

Informações do processo >> Assuntos >> Partes Réus >> Documentos

Processo Distribuído.

Nº Processo: 5023352-04.2021.4.02.5001

Classe: EXECUÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Magistrado: AMÉRICO BEDE FREIRE JUNIOR - Juízo Federal da 2ª VF Criminal de Vitória

Partes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - EXEQUENTE
X ANA CARLA MARQUES DOS SANTOS - EXECUTADO

Chave para Consulta: 732230568021

Imprimir Extrato Enviar uma nova petição Fechar

eproc - APRESENTAÇÃO - ES - X

eproc-apresentacao.jfes.jus.br/eproc/controlador.php?acao=processo_selecionar&num_processo=50233520420214025001&hash=e21e5f55c3ab5dcb4a254309683784e

Apps CIDADANIA Eproc APRESENTAÇÃO Eproc PRODUÇÃO EprocBOARDS Doação única | MSF GLPI - Autenticação Migração Eproc SMWeb TESTES EPROC 06-30 Nova guia Homologação e-Proc CNPJ Tradutor - Pesquisa... Lista de l

eproc JFES EGM-MPF-564 - PROC

Consulta Processual - Detalhes do Processo

Download Completo Nova Consulta Imprimir Fechar

Cabeço do Processo

Nº do Processo: 5023352-04.2021.4.02.5001 Data de autuação: 27/07/2021 15:18:42 Situação: MOVIMENTO

Órgão Julgador: Juízo Federal da 2ª VF Criminal de Vitória Juiz(a): AMÉRICO BEDE FREIRE JUNIOR

Competência: Criminal Classe da ação: EXECUÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Processos relacionados: 5023352-04.2021.4.02.5001-83 | Origem

Lembretes Novo

Assuntos

Partes e Representantes

EXEQUENTE	EXECUTADO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (03.636.198/0001-92) - Entidade EDMAR GOMES MACHADO EGM-MPF-564	ANA CARLA MARQUES DOS SANTOS Pessoa Física

Informações Adicionais (Prevenção: NÃO executada)

Ações: Arquivar | Audiência | Cancelar Movimentação Processo | Custas | Gerenciar Processo | Movimentar/Peticionar | Permissão/Negação Expressa

Filtrar Eventos

Com documentos De decisão Externos

Pesquisar nos eventos

Evento	Data/Hora	Descrição	Usuário	Documentos
1	27/07/2021 15:18:42	Distribuído por sorteio (ESVITCR02F)	EGM-MPF-564	ANUNC1

Download Completo Nova Consulta Imprimir Fechar

E no IANPP, processo informado como originário, é lançado o evento de distribuição da Execução²:

Sigiloso (Interno Nível 2)

Capa do Processo

Nº do Processo: 502332958.2021.4.02.5001 Data de autuação: 21/07/2021 17:44:31 Situação: MOVIMENTO

Órgão Julgador: Juízo Substituto da 1ª VF Criminal de Vitória Juiz(a): VICTOR CRETELLA PASSOS SILVA

Competência: Criminal Classe da ação: INCIDENTE DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Processos relacionados: 502332973.2021.4.02.5001 ES (Originário) 502335624.2021.4.02.5001 ES (Relacionado) EXECUÇÃO DE ACORDO DE NÃO... (ESVITCR02)

Lembretes Novo

Assuntos

Partes e Representantes

AUTOR	RÉU
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (03.636.196/0001-92) - Entidade	RENATA SIMON FERNANDES
EDMAR GOMES MACHADO - PC-MPF-564	
OFENDIDO	

Informações Adicionais

Ações Anotar / Cancelar Movimentação Processo / Custas / Movimentar/Peticionar / Permissão/Intervenção Expressa

Filtrar Eventos Com documentos De decisão Externos

Abrir os processos selecionados em abas/abas

Evento	Data/Hora	Descrição	Usuário	Documentos
3	27/07/2021 15:18:42	Comunicação eletrônica recebida - distribuído EXECUÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - Número: 502335624.2021.4.02.5001 ES	EGM-MPF-564	Evento não gerou documento
2	26/07/2021 17:29:46	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 1 (OFENDIDO - ROBERTSON WILSON CARNEIRO ONOFRE) Prazo: 1 da Status AGUARD. ABERTURA	JES10538	Evento não gerou documento
1	21/07/2021 17:44:31	Distribuído por sorteio (ESVITCR015) - Número: 502332973.2021.4.02.5001 ES	PC-MPF-564	INIC1

OBSERVAÇÃO 1: no cadastro da EANPP, usar também o assunto 090305, assunto complementar, a ser acrescido ao assunto correspondente ao tipo penal do caso concreto:

ADMINISTRADOR DO

Assuntos

- 0527 - Crime Tentado
- 0528 - Crime Culposo
- 0529 - Parte Geral
- 0530 - Violência Doméstica Contra a Mulher
- 0531 - Crime / Contravenção contra Idoso
- 0532 - Fato Atípico
- 0533 - Crime / Contravenção contra Criança / Adolescente
- 0534 - Crime/contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo
- 0535 - Crimes previstos na Lei da Organização Criminosa
- 08 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
- 09 - DIREITO PROCESSUAL PENAL
 - 0901 - Ação Penal
 - 0902 - Denúncia/Queixa
 - 0903 - Execução Penal
 - 090301 - Medidas de Segurança
 - 090302 - Pena de Multa
 - 090303 - Pena Privativa de Liberdade
 - 090304 - Pena Restritiva de Direitos
 - 090305 - Acordo de Não Persecução Penal
 - 0904 - Falsidade
 - 0905 - Fiança
 - 0906 - Inclusão/Exclusão de Jurado
 - 0907 - Jurisdição e Competência
 - 0908 - Liberdade provisória
 - 0909 - Medidas Assecuratórias
 - 0910 - Prisão em flagrante

Outro Assunto:

Selecione o assunto na árvore e clique em "Incluir"

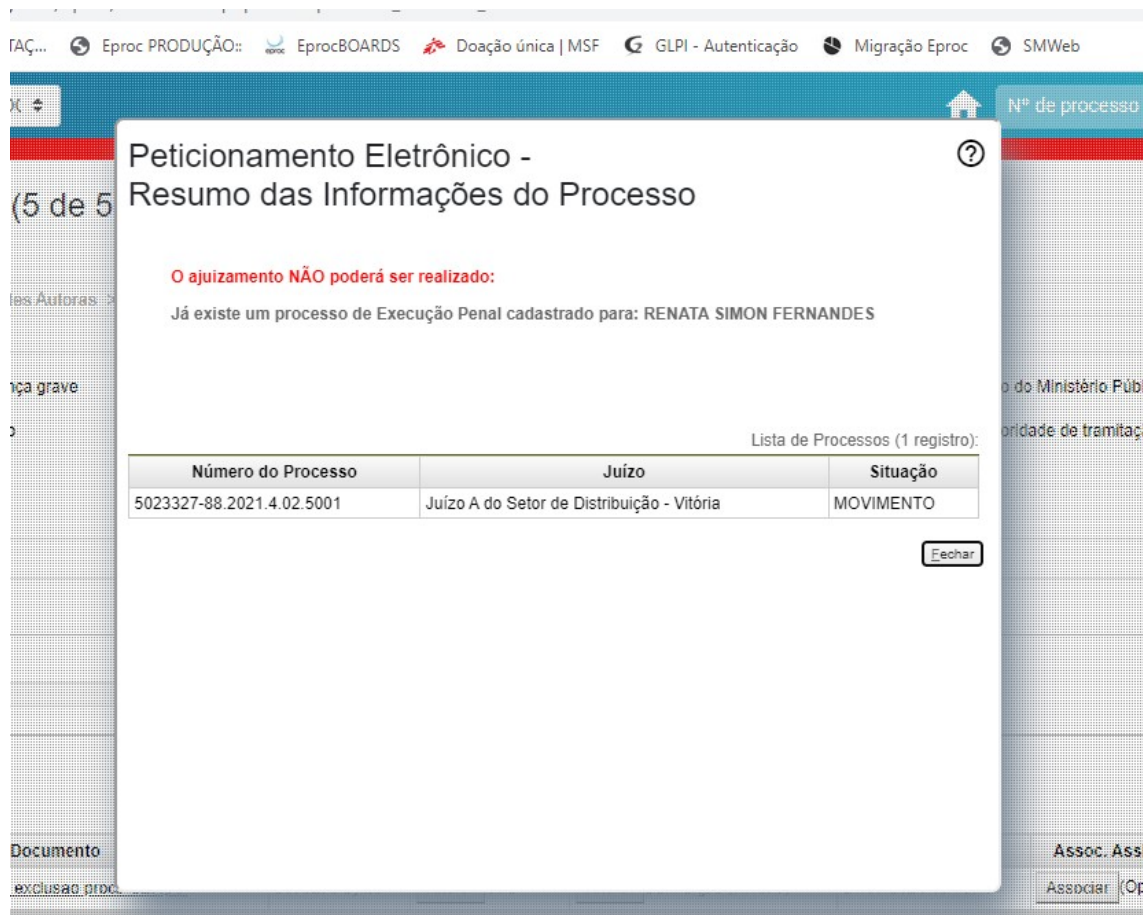
Incluir Limpar

Assunto Principal

051001 - FURTO (ART. 155), CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, DIREITO PENAL	Ação
--	------

OBSERVAÇÃO 2 : quando se tenta distribuir uma EANPP em face de uma pessoa que já tem um processo cadastrado nessa classe, o sistema NÃO deixa fazer nova distribuição, assim como ocorre com as Execuções Penais:

² Por se tratar de uma simulação, nem sempre as partes dos processos relacionados são as mesmas.



2. Movimentação

Foram criados assuntos e eventos específicos para as classes de IANPP e EANPP:

- **eventos de audiência:** audiência de acordo de não persecução penal designada, audiência de acordo de não persecução penal realizada – rejeitado acordo, audiência de acordo de não persecução penal realizada – homologado acordo, audiência de acordo de não persecução penal não realizada/cancelada;
- **evento de decisão:** homologado acordo de não persecução penal;
- **sentença:** extinta a punibilidade em razão de cumprimento de acordo de não persecução penal;
- **evento de baixa definitiva:** baixa definitiva - acordo de não persecução penal;
- **assunto:** 09.03.05 – Acordo de não persecução penal (localizado no ramo do Direito Processual Penal, dentro de Execução Penal).

eproc

Classes do Acordo de Não Persecução Penal

Agosto/2021

SESIN – Seção de Suporte ao Usuário Interno - NAJ/SJES

[Renata Simon Fernandes/SESIN/NAJ/SJES](#)